

## Capítulo 2

# A INVISIBILIDADE ECONÔMICA DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/tur02>

*Geraldo Majela Moraes Salvio*

*Carolina Ribeiro Gomes*

**VOLTAR AO SUMÁRIO**

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a criação de diversos Parques Nacionais (PARNA) ganhou destaque ao longo da história das Unidades de Conservação (UC). No mundo, seu conceito foi modificado ao longo do tempo resultando em diferentes tipos que passaram a adquirir formas e objetivos de acordo com as particularidades de cada país de origem (MORSELLO, 2008). Amplamente aceitos, os PARNA se tornaram importantes instrumentos de conservação da natureza e promoção da atividade turística.

No decorrer da sua história, o Brasil experimentou diversas estratégias de apropriação e gestão dos seus recursos naturais. A natureza, ao ser incorporada na Constituição de 1934, passou a ser considerada patrimônio nacional a ser preservado e sua proteção ganhou novo *status* na política nacional, passando a ser fiscalizada pelo poder público. O meio ambiente foi inserido na agenda governamental brasileira, se configurando no objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional (MEDEIROS, 2006).

Em consequência, foram criados os principais instrumentos de proteção, os quais permitiram a criação dos primeiros Parques Nacionais; entre eles, o Código Florestal (BRASIL, 1934), que se tornou um dos mais importantes dispositivos da política de proteção da natureza e introduziu categorias com objetivos específicos para cada área criada. Delineou-se então, o cenário favorável para a formalização da criação dos primeiros Parques e Florestas Nacionais do Brasil (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004). Assim, seguindo o mesmo modelo de gestão de *Yellowstone* (PUREZA, 2014), o primeiro PARNA criado nos Estados Unidos, em 1872, o Brasil estabeleceu o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, que priorizava o incentivo à pesquisa científica e a oferta de lazer às populações urbanas.

Mesmo com a disseminação ainda incipiente da ideia de conservação da natureza até a primeira metade do século XX, novos Parques foram criados, como o do Iguazu e o da Serra dos Órgãos, em 1939, os quais protegiam paisagens singulares (BENSUSAN, 2006); e os PARNS do Araguaia, em 1959, e o de Sete

Quedas, em 1961 – embora este último tenha sido desativado em 1981, para a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (SALVIO, 2017). De 1976 até 1990, o Brasil investiu em Parques e em outras Unidades de Conservação (UC), tanto nas esferas federal, estadual e municipal, quanto na privada (MITTERMEIER *et al.*, 2005).

A partir do final da década de 1970, começaram novos estudos sobre a sistematização mais integrada para a criação e o gerenciamento das AP. No entanto, este sistema só se efetivou 20 anos mais tarde, em 2000, com a aprovação da lei n. 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (SALVIO, 2017).

Dessa forma, após anos de debate, o SNUC foi oficialmente instituído por lei, o que representou um avanço histórico para a conservação da natureza no Brasil (DRUMMOND *et al.*, 2010; SALVIO, 2017). Com ele, houve a expansão da criação de AP determinando diretrizes e objetivos para a criação, implantação e gestão destes espaços (BRASIL, 2000). O SNUC divide as UC em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável (quadro 1), os quais apresentam categorias com características específicas.

Quadro 1: Categorias de Unidades de Conservação presentes no grupo de Proteção Integral e Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil

<b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</b>	
<b>Unidades de Proteção Integral</b>	<b>Unidades de Uso Sustentável</b>
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional (Estadual ou Natural Municipal)	Floresta Nacional (Estadual ou Municipal)
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: BRASIL, 2000. Elaborado pelos autores, 2021.

As categorias de manejo presentes no SNUC configuram um gradiente de restrição onde as áreas de Proteção Integral possuem caráter mais restritivo e uso indireto, e as categorias de Uso Sustentável representam mais permissões e utilização e manejo direto dos recursos (SALVIO; GOMES, 2017).

Na configuração do SNUC (BRASIL, 2000), a categoria Parque foi estabelecida com objetivo na preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, p. 13).

No contexto da moderna política de estabelecimento de AP, os PARNA se multiplicaram e se tornaram a categoria de espaço protegido tradicional e popular (DRUMMOND *et al.*, 2010; CUNHA; SPINOLLA, 2014), além de desempenharem função conservacionista importante contra quadros de degradação ambiental (DAVENPORT; RAO, 2002).

De modo geral, a prática do turismo e da recreação em Áreas Naturais produz inúmeros benefícios. Os benefícios econômicos dizem respeito à possibilidade de incremento de oportunidades para a região, estímulo à abertura de novas empresas, diversificando a economia local, o aumento da oferta de empregos para a comunidade, a capacitação de funcionários às novas atividades e a melhora das condições de transporte e comunicação. Além disso, a movimentação turística promove o aumento do fundo para a proteção da Unidade e da comunidade local (TAKAHASHI, 2004). Finalmente, a atividade turística, quando adequadamente planejada e executada, tem o importante papel de conciliar a proteção da natureza com o uso indireto de seus recursos, de modo a gerar alternativas econômicas para as populações locais (RIVA *et al.*, 2014).

O turismo em UC impulsiona a proteção do patrimônio natural e cultural, protege os processos ecológicos, conserva a bio e a geodiversidade; através da educação dissemina valores de conservação, possibilita o apoio às pesquisas ao desenvolvimento de sistemas de manejo e à educação ambiental

para visitantes e comunidade local. O turismo melhora a qualidade de vida da comunidade, promove valores estéticos, estimula o desenvolvimento da cultura, das artes e do artesanato, eleva o nível educacional da comunidade local ao valorizar sua cultura e o ambiente regional, entre outros benefícios (TAKAHASHI, 2004).

Todos esses pontos abordados estão diretamente relacionados ao que é disponibilizado para os visitantes. A estrutura e a diversidade de oportunidades para a prática do turismo permitem atrair milhões de pessoas para essas áreas (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011; PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017; PIRES, RUGINE, 2018).

Os visitantes que frequentam esses espaços configuram-se em diferentes tipos, com variadas motivações, expectativas e necessidades, as quais são atendidas de acordo com o que é disponibilizado pela AP (TAKAHASHI, 2004; COELHO, 2015). A estrutura oferecida ao visitante está diretamente relacionada à quantidade de pessoas que visitam as áreas e que desejam voltar. A quantidade de instalações oferecidas, por exemplo, é fator fundamental no espectro de oportunidades, uma vez que permite compreender as necessidades e preferências dos turistas, bem como as experiências pelas quais desejam passar no local (PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017).

Neste cenário, ao longo do desenvolvimento das características do PARNA no mundo, é possível constatar que houve um aumento significativo tanto em relação ao número de turistas quanto às possibilidades e atividades em contato com os ambientes naturais; o que, por sua vez, acaba gerando inúmeros benefícios e fragilidades no contexto da gestão do turismo nesses espaços. Esta realidade demanda diretrizes e normas para que a visitação seja realizada de maneira adequada, atendendo a um dos principais objetivos das AP: a conservação da natureza (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2011).

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar a invisibilidade econômica das Unidades de Conservação federais brasileiras, com ênfase na potencialidade turística dos Parques Nacionais.

## METODOLOGIA

O estudo foi norteado pela pesquisa qualitativa, tendo como base a abordagem bibliográfica e documental (GIL, 2017). Para a obtenção dos dados foram utilizados: o Relatório Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: resultados de 2019 (IMCBIO, 2019), o *site* oficial do órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação no Brasil, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO, 2021b) e sua plataforma de monitoramento, o Painel de Unidades de Conservação Brasileiras (ICMBIO, 2021a). Utilizou-se como recorte temporal principal o ano de 2019, porém foram selecionados documentos e relatórios de visitação de anos anteriores a título de comparação dos dados.

A análise documental possibilitou encontrar informações relevantes acerca das variáveis estudadas dentro do contexto das UC, sendo elas: Visitação, Receitas do Turismo, Concentração de visitantes em Unidades, Categorias de Manejo e Biomas, Concessão nas UC, Estrutura, Recursos Humanos e Oportunidades de Visitação nas UC, e Uso Público.

Para a discussão e a comparação dos resultados utilizou-se artigos científicos publicados referentes ao tema e documentos, relatórios e *sites* do Ministério do Turismo, relatório e *sites* de outras Áreas Protegidas específicas e de Órgãos Governamentais relacionados a gestão das Unidades em outros países (Estados Unidos, Austrália, Argentina, África do Sul, entre outros), de acordo com o andamento do trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os segmentos do turismo voltados para a natureza cresceram consideravelmente e tornaram-se muito expressivos. Segundo o Ministério do Turismo (2018), a categoria Natureza, Ecoturismo ou Aventura é a segunda maior demanda turística internacional, ficando atrás somente do segmento Sol e Praia. No entanto, ambos representam destinos turísticos que estão

localizados em Unidades de Conservação (UC) e abrigam atrativos turísticos conhecidos, como acontece nos Parques Nacionais da Tijuca e Iguaçu, com o Cristo Redentor e as Cataratas, respectivamente. Em 2017, o Brasil ficou em 1º lugar no *ranking* de competitividade em viagens e turismo (CROTTI; MISRAHI, 2017), no item “recursos naturais”, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, assegurando nosso potencial para o turismo ecológico e de aventura.

Nesta perspectiva, além de colaborar com a proteção da natureza e oportunizar ações de sensibilização da sociedade, as visitas em UC geram receitas e promovem o desenvolvimento da economia local e nacional. Em 2018, os 12,4 milhões de visitantes geraram 2,4 bilhões de reais (R\$) (ICMBIO, 2019).

Segundo Souza e Simões (2019), a contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 80 mil empregos, R\$ 2,2 bilhões em renda, R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) e R\$ 8,6 bilhões em vendas. De acordo com esses autores, os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios de acesso às UCs, em 2018.

Em 2019, as UCs federais brasileiras atingiram a marca histórica de 15 milhões de visitas, chegando mais precisamente ao número de 15.335.272. Houve um aumento expressivo de 20,4% no número de visitas, representando cerca de 3 milhões de visitas, em relação a 2018; em razão da melhoria nas ações de monitoramento, uma vez que a quantidade de UCs monitoradas também foi a maior já registrada, 137 unidades (ICMBIO, 2019).

O PARNA Tijuca mantém-se como primeiro no *ranking* de visitação de 2019, recebendo o total de 2.953.932 milhões de visitas; seguido pelo PARNA do Iguaçu e pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis, com 2.020.358 milhões e 2 milhões, respectivamente. As 10 UCs mais visitadas em 2019 representam o total de 12.246.804 de visitantes (ICMBIO, 2019), o equivalente a cerca de 80% do total de visitas em UCs federais brasileiras (tabela 1).

Tabela 1: Dados de visitação das Unidades de Conservação Federais brasileiras em 2019

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS	Visitantes em 2019
Parque Nacional da Tijuca	2.953.932
Parque Nacional do Iguaçu	2.020.358
Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	2.000.000
Parque Nacional de Jericoacoara	1.322.883
Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	966.357
Monumento Natural do Rio São Francisco	713.400
Parque Nacional da Serra da Bocaina	697.964
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	643.946
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	613.259
Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais	314.705
<b>TOTAL</b>	<b>12.246.804</b>

Fonte: ICMBIO, 2019.

Ao comparar os objetivos de manejo e as permissões em cada uma das categorias presentes no *ranking*, os dados revelam cenários preocupantes, principalmente em relação ao monitoramento e ao controle da visitação.

Dentro dos objetivos de criação das categorias de manejo presentes no SNUC, os Parques Nacionais apresentam-se como figura importante para o desenvolvimento do turismo. Em 2019, os PARNA simbolizam a categoria com maior destaque no *ranking* (com o total de 9.772.904 visitas, 64% de todas as UC). Porém, ao avaliar os números, é possível observar que o aumento na visitação dos Parques na transição dos anos de 2017 (6.969.717 visitas), 2018 (7.751.532 visitas) e 2019 aconteceu de maneira menos expressiva, se compararmos com as demais categorias de manejo. Em 2019, houve um crescimento relativo maior em outras categorias, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que passaram a ser a segunda categoria mais visitada.

Apesar da Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis constar em terceiro lugar no *ranking* de 2019 (ICMBIO, 2019), seus números podem trazer incertezas, uma vez que, por ser categorizada como tal, é constituída por terras públicas e/ou privadas, podendo haver moradores dentro da sua área total, o que dificulta o controle preciso do número de visitantes.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído por meio da lei n. 9.985 de 18 de Julho de 2000, a APA é uma área em geral extensa, com ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Outro cenário importante apresentado no *ranking* geral (ICMBIO, 2019) é que, dos 15 milhões de visitantes, 14 milhões estão concentrados em apenas 22 UC, de todas as Unidades administradas pelo ICMBio. Do total de 74 PARNA, os 56 que são monitorados concentram 9 milhões de visitantes e 10 deles concentram 8 milhões. Só o Parque Nacional da Tijuca recebeu quase três milhões de visitas em 2019, o que representa 19,6% de toda a visitação em UC no Brasil e 30,22% da visitação em PARNA. Vale detalhar, que deste total de visitas ao Parque Nacional da Tijuca, 1.940.327 milhões representam as visitas ao Cristo Redentor, grande monumento no estilo *art déco* que retrata Jesus Cristo, localizada no topo do morro do Corcovado, dentro da Unidade. Esse total representa 12,65% da visitação em UC e 19,85% da visitação em Parques.

Até 2010, o foco na gestão da visitação eram os PARNA, cenário transformado a partir de então, quando se expandiu o monitoramento para demais categorias de manejo. A partir de 2017, UC das demais categorias passaram a realizar melhor controle da sua visitação. Em 2019, com o avanço no monitoramento, 137 UC passaram a registrar seus números de visitação. Entre 2016 e 2019, houve maior incremento, por exemplo, nas categorias Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (com visitação com fins científicos) (ICMBIO, 2019).

Vale ressaltar que nos anos de 2014 e 2016 marcos importantes impulsionaram o turismo de Áreas Protegidas no Brasil, tais como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas, respectivamente. Além disso, em 2014, o programa Parques da Copa tinha como objetivo promover a visitação em UC, principalmente àquelas próximas às cidade-sede do Mundial. Contudo, o expressivo aumento de visitantes esperado não ocorreu, sobretudo nos PARNA.

É possível perceber também, apesar de sutil, o aumento da visitação em Unidades que estão sob concessão de serviços. Segundo o monitoramento de 2019 (ICMBIO, 2019), a quantidade de visitas em UC concessionadas cresceu. Em 2000, quando apenas o PN do Iguaçu oferecia serviços sob concessão, a quantidade de visitas passou de 767.157 para quase 6 milhões em 2019, considerando sete Parques que possuíam serviços concessionados. Além disso, a partir de 2017, deu-se o aumento do esforço de monitoramento e controle de visitas em mais categorias de manejo, possibilitando o distanciamento na proporção de visitas entre UC, com concessão e sem. Em 2019, os PARNA da Tijuca e Iguaçu representaram somente 32% do total de UC monitoradas, diferentemente do cenário de 2012, quando 71% da visitação total se restringia aos dois Parques (ICMBIO, 2017; ICMBIO, 2019).

Esta realidade reforça ainda a importância dos contratos com a iniciativa privada, de parcerias, da estruturação, da operacionalização da visitação e de outras delegações de serviços, de maneira responsável e integradora, para que as UC atendam melhor à sociedade.

Vale considerar, também, que há desigualdade na distribuição da visitação por biomas. Em 2019, a visitação em UC no Brasil ocorreu mais fortemente na Mata Atlântica, com 65% (ICMBIO, 2019), em virtude, principalmente, desta englobar quatro das dez unidades mais visitadas e concentrar a maior parte da visitação total. Além disso, a intensidade de uso, as concessões e o histórico de ocupação e urbanização do país justificam o fato do bioma ser historicamente o mais visitado. Três PARNA mais visitados concentram 41% de toda a visitação das UC e 64% da visitação em Parques localizados no bioma.

A Caatinga é o segundo bioma mais visitado, com 14% do total. Nele, se inserem, por exemplo, o Monumento Natural do Rio São Francisco e o Parque Nacional de Jericoacoara, classificados entre os dez mais visitados. É importante destacar que houve um crescimento significativo, na razão de 256%, da visitação no bioma Amazônia entre 2012 (183.718) e 2019 (471.759) (ICMBIO, 2019); o que pode ser justificado pela diversidade de atrativos na região e pelos esforços de ordenamento e capacitação em uso público.

O total de 15 milhões de visitantes torna-se ainda menos expressivo ao compararmos com outros países. Nos Estados Unidos, os 10 PARNA mais visitados receberam em 2019, 49.262.169 visitantes, de um total de 318.200.000 visitantes em todas as Áreas Protegidas (NPS, 2021a) administradas pelo *National Park Service* (NPS), o que equivale a 15,48% do total (figura 1).

No Brasil, entre 2007 e 2016, o ICMBio, órgão que administra as UC brasileiras, registrou 55.865.649 visitas em espaços federais abertos à visitação, sendo 51.225.904 visitantes nos PARNA (ICMBIO, 2017). Do total de 15.335.272 visitantes em UC no Brasil em 2019, os 10 Parques brasileiros mais visitados concentram 56,18% e as demais UC, 79,86% (ICMBIO, 2019).

Figura 1: Ranking de Visitação Anual dos Parques Nacionais dos Estados Unidos em 2019

Park	Rank	Recreation Visits	% of Total
Great Smoky Mountains NP	1	12,547,743	13.97%
Grand Canyon NP	2	5,974,411	6.65%
Rocky Mountain NP	3	4,670,053	5.20%
Zion NP	4	4,488,268	5.00%
Yosemite NP	5	4,422,861	4.92%
Yellowstone NP	6	4,020,288	4.48%
Acadia NP	7	3,437,286	3.83%
Grand Teton NP	8	3,405,614	3.79%
Olympic NP	9	3,245,806	3.61%
Glacier NP	10	3,049,839	3.40%

Fonte: NPS, 2021a.

Ao se analisar a distribuição da visitação entre os 10 PARNA norte-americanos mais visitados, é possível observar a menor concentração dos números de visitantes entre os 10 Parques norte-americanos, o que representa melhor gestão do sistema. Em termos de atividade econômica, esses números revertem em serviços, atividades e estrutura, não apenas na própria Unidade, mas também no entorno. O NPS estima que os 318,2 milhões de visitantes gastaram 20,2 bilhões de dólares, principalmente em alojamento e restaurantes, o que permitiu gerar 329,000 empregos diretos. Ou seja, um resultado bastante significativo (NPS, 2019b).

Nos EUA, o avanço no número de turistas expandiu significativamente ao longo dos anos. Em 2011, o Parque Nacional de *Yellowstone* injetou na economia regional US\$ 333 milhões e deu suporte a 5.041 empregos. Em 2011, aproximadamente 280 milhões de turistas visitaram os 400 Parques Nacionais dos Estados Unidos, gerando cerca de US\$ 30 bilhões em atividade econômica e 252 mil empregos (MTUR, 2014).

O que parecia inexpressivo nos anos de 1960, com cerca de 70 milhões de pessoas visitando Áreas Protegidas, fez com em 2017, o NPS registrasse aproximadamente mais de 3 trilhões de visitas nos Parques ao longo de anos de funcionamento do órgão. Os cinco PARNA mais visitados dos EUA em 2017 apresentaram-se no *ranking* de visitas do ano anterior, em 2016 e no ano seguinte, em 2018, oscilando apenas em relação à posição. O *Great Smoky Mountains National Park* é o Parque mais visitado desde 2007, recebendo em média 11 milhões de visitantes por ano (NPS, 2019b).

Em 2019, o NPS registrou aproximadamente 327,5 milhões de visitas em todas as áreas pertencentes à sua administração, sendo que três AP tiveram mais de 10 milhões de visitas (*Golden Gate National Recreation Area*, *Blue Ridge Parkway* e *Great Smoky Mountains National Park*). Os números do NPS são ainda mais expressivos, ao considerar que 11 PARNA tiveram mais de cinco milhões de visitas (NPS, 2019b).

Nos últimos três rankings divulgados, os PARNA *Great Smoky Mountains* e o *Grand Canyon* permaneceram, respectivamente, em primeiro e em segundo lugar em número de visitas. O *Zion*, *Rocky Mountain* e *Yosemite* revezaram o terceiro, quarto e quinto lugares em 2016 e 2017. Em 2018, o PN de *Yellowstone* surgiu em quinto lugar, subindo de posição em relação aos rankings dos anos anteriores (NPS, 2019b)

Na Argentina, os 49 PN pertencentes ao sistema de gestão de Áreas Protegidas receberam quatro milhões de visitantes. No período de 2014 a 2019, 11 PARNA Argentinos (*Iguazu*, *Los Glaciares*, *Nahuel Huapi*, *Terra do Fogo*, *Lago Puelo*, *El Palmar*, *Lanín*, *Los Alerces*, *Talampaya*, *Pré-Delta* e *Los Cardones*) concentraram cerca de 83% da média anual do total de visitantes.

Canto-Silva e Silva (2017), identificaram que em alguns países o crescimento no número de visitantes se tornou, de fato, significativo, principalmente em Parques Nacionais. Na Austrália, somente os Parques de *Queensland* recebem por ano mais de 51 milhões de visitas domésticas (STATE OF QUEENSLAND, 2013) e na África do Sul, o órgão responsável pela gestão dos PARNA, o *South African National Parks*, registrou entre 2014 e 2015 mais de 1,6 milhão de visitantes apenas no *Kruger National Park*, o maior e mais antigo Parque africano (SANPARKS, 2016).

Esses dados reforçam a importância do planejamento. Na África do Sul, o número de visitantes tem aumentado consideravelmente em razão de investimentos feitos no planejamento e na diversidade de ações e serviços prestados ao turista. A estratégia realizada no sistema Sul-africano, a partir de uma estrutura de diversidade de atrativos e oportunidades planejadas nos ciclos de 2015/2016, 2016/2017, 2018/2019, resultou em relevante acréscimo, no qual a arrecadação passou de U\$ 48.000.000 para U\$ 1 bilhão (SANPARKS, 2019).

No Brasil, destaca-se o caso do Parque do Ibitipoca, em Minas Gerais. Com 1.488 hectares, é uma das UC mais visitadas do Brasil e oferece aos turistas uma diversidade de oportunidades, resultante da heterogeneidade de suas paisagens em um pequeno espaço. Além disso, no ano de 2008 Ibitipoca teve um investimento para sua infraestrutura em no valor de 2 milhões de reais,

fruto da cooperação do governo do estado de Minas Gerais com o governo alemão; e mesmo limitando o número de visitantes, com investimento e com as reformas, Ibitipoca ampliou o número de visitante, recebendo em 2019 o total de 90.241 visitantes, resultando na arrecadação de R\$ 1.994.081 reais.

Em 2018, o setor de hospedagem no Brasil registrou a maior contribuição direta, com R\$ 613 milhões em vendas diretas. Foram gerados, em nível municipal, um total de R\$ 144 milhões; em estadual, R\$ 492 milhões e em federal, R\$ 268 milhões; totalizando R\$ 905 milhões em impostos. A análise de Souza e Simões (2019) mostrou que cada real investido no ICMBio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil. O estudo reforçou que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UC e os empreendimentos turísticos, mas influenciam também, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais.

Estudo realizado em 12 PARNA na República Tcheca, na Alemanha e na Áustria (STEMBERK *et al.*, 2018), ao investigar a relação entre o número de visitantes de Parques e cinco variáveis, como área, número de funcionários, orçamento, salário médio do funcionário e número de pesquisadores, demonstrou que os PARNA mais visitados apresentam características específicas; entre elas, maior número de funcionários especializados, facilidades de acesso, melhor orçamento, ambiente mais heterogêneo e diversificado, centros de visitantes bem localizados, aumento da atratividade. É necessário destacar que não é o tamanho da área que justifica a visitação, e sim a diversidade de experiências para receber turistas.

Segundo os autores, os Parques com maior orçamento e capacidade de alocação dos recursos para a própria área, aplicando-os em serviços e estruturas para o turismo, possibilita atrair maior número de visitantes. O acréscimo dos benefícios econômicos nos Parques está diretamente relacionado às estratégias para a eficiência de gestão e diversidade de oportunidades recreativas (STEMBERK *et al.*, 2018). É importante mencionar que toda operação turística realizada em UC deve considerar as tendências da indústria de serviços relacionados ao turismo, metodologias de capacidade de carga e gestão

dos impactos decorrentes da visitação turística, estratégias de monitoramento, pesquisa histórica e sociocultural das comunidades, entre outros.

Num panorama diferente, este estudo fortalece ainda a relevância da estrutura e das instalações oferecidas aos visitantes. Tais elementos são fatores chaves no espectro de oportunidades, uma vez que possibilitam atender às necessidades, os motivos e as preferências dos turistas (ICMBIO, 2011; SOUZA; NORONHA-OLIVEIRA, 2015; STEMBERK *et al.*, 2018). Além disso, aspectos como a estrutura de acesso e de transporte são essenciais para a escolha e a experiência do visitante no local (PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017).

Nos Parques brasileiros, os mais visitados são aqueles que possuem uma estrutura diferenciada e mais diversificada (PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017). Porém, a estrutura das UC brasileiras ainda apresenta fragilidades em relação a outros países, bem como sua qualidade, sinalização e segurança.

Conforme o ICMBio (2018a), 1.900 km de trilhas foram planejados para alcançar longas distâncias, distribuídas por um mosaico de longo curso. Mas até 2018 não havia nenhuma regulamentação para nomenclaturas específicas na denominação das trilhas, sendo adotados diversos conceitos e características (caminho, circuito, corredor, travessia, trilha ou rota).

O Brasil possui menos de 300 quilômetros de trilhas sinalizadas (WWE, 2015), enquanto outros países do mundo possuem número mais consideráveis em relação à sua estrutura de trilhas, tal como os EUA, que possuem 225.000 quilômetros de trilhas sinalizadas. O PN *Great Smoky Mountains*, o mais visitado desde 2007 nos EUA, por exemplo, apresenta diversidade de oportunidades para diferentes turistas, com áreas para várias atividades, preserva 160 edifícios históricos e estruturas, e mantém mais de 800 km de trilhas (NPS, 2021b).

Com extensão de 8.515.767 km<sup>2</sup>, o equivalente a quase 50% da América do Sul, o território brasileiro apresenta condições para desenvolver uma ampla oferta de trilhas turísticas. Por outro lado, a França, por exemplo, com um território aproximadamente 17 vezes menor, possui 180.000 km de trilhas (OMENA; BREGOLIN, 2020). Outros países chamam atenção com

seus números, como a Alemanha, com 260.000 Km de trilhas sinalizadas; Suíça, com 50.000 km; Espanha, 14.000 km; Suécia: 6.000 km; Holanda: 5.000 km; Bélgica: 4.300 km; e Portugal: 1.500 km de trilhas sinalizadas. Só o Parque Nacional da Montanha da Mesa, na África do Sul possui 600 km de trilhas sinalizadas (WWF, 2015).

As UC brasileiras enfrentam ainda questões relacionados à diversidade de atrativos, trilhas e atividades disponíveis, efetividade de gestão, monitoramento, recursos humanos e investimentos, que reforçam a necessidade de ferramentas de planejamento, porque sem elas o desenvolvimento turístico sustentável se apresenta prejudicado.

Conforme Pires e Rugine (2018), a qualidade da visita nos PN está relacionada com a expectativa do visitante sobre o local que irá visitar. O aumento constante da prática do turismo e recreação nas AP e, em especial, nos PN, está diretamente relacionado ao que é disponibilizado para o visitante (MENEQUEL; ETCHEBEHERE, 2011; CANTO-SILVA; SILVA, 2017).

Segundo a literatura (PERRY *et al.*, 2015; XIAO *et al.*, 2017), a estrutura de acesso e as estradas, por exemplo, podem ser significativas na diversidade de visitantes. Em parques altamente visitados, tais fatores possibilitam a diversidade de padrões e indicadores para a gestão da experiência do visitante. Áreas com alta concentração de recursos turísticos disponíveis e diversos mecanismos de acesso e transporte podem influenciar a variedade de usos e a densidade de visitantes; colaborando com a ideia de que áreas com mais diversidade de atrativos e atividades, ou seja, de oportunidades, influenciam, significativamente, a quantidade de visitantes que passará a receber.

A variedade de experiências possibilita ainda maximizar a escolha por um ambiente que atenda e satisfaça as expectativas e as motivações. Isso é muito significativo, uma vez que visitantes satisfeitos são aqueles que retornam outras vezes e contribuem economicamente com a região, podendo se tornar apoiadores da conservação destas áreas protegidas. Além disso, se a demanda não estiver de acordo com o que a área oferece, o local pode sofrer impactos de maneira descontrolada (EISENLOHR *et al.*, 2013; SIMONETTI; NASCIMENTO, 2013).

De fato, o uso público é ferramenta importante de conservação. A presença do visitante na unidade ampara o monitoramento das atividades e contribui para inibir práticas ilícitas que porventura possam ocorrer. Além disso, possibilita também o contato com os ambientes naturais, visando compreender a importância da conservação e estimulando a criar vínculos com as áreas. Sensibilizados, os visitantes se apropriam desses locais e podem se transformar em aliados e defensores da conservação da natureza (ICMBIO, 2018b).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É urgente mudarmos a forma como vemos as nossas Unidades de Conservação, sobretudo os nossos Parques Nacionais. De “entrave” ao desenvolvimento econômico, essas Unidades podem ser impulsionadoras da economia de muitos municípios, de estados e do país, como um todo. Nossa riqueza maior, a biodiversidade, deve superar a ideia de algo distante dos olhos da sociedade à compreensão de que é um patrimônio a ser protegido e responsávelmente explorado para o bem comum. Para isso, precisamos mostrar as nossas Áreas Protegidas como fatores de promoção do desenvolvimento local, de forma econômica e social, sem perder de vista a proteção da natureza. Garantiremos isso ao disponibilizá-las de maneira inclusiva, isto é, tornando-as partícipes das realidades locais e valorizando a produção do conhecimento, seja ele tradicional ou produzido pelos esforços acadêmicos.

As Áreas Protegidas devem ser inseridas na gestão da paisagem, num efetivo zoneamento ecológico-ambiental, para que possamos deixar de lado a ideia de “ilhas” de conservação, agregando a preservação da natureza nas decisões estratégicas e abandonando a “invisibilidade econômica da natureza”, seja valorizando os seus serviços ambientais, seja explorando racionalmente, de forma direta ou indireta nossos recursos naturais, nossa principal riqueza. Porém, isso só será possível com um planejamento e uma gestão adequada das nossas Unidades de Conservação.

## REFERÊNCIAS

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade**: em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Revogado). Aprova o Código Florestal. 1934a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 19 jul. 2000. Seção 1.

COELHO, L. S. *et al.* Turismo em Unidades de Conservação: resultados do plano de manejo da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata - Jardim-MS. **Tourism and Karst Areas**. v. 4, n. 2, 2011, p. 107-119.

CROTTI, R.; TIFFANY, M. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017: Paving the way for a more sustainable and inclusive future. World Economic Forum: Geneva, Suíça.

CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J. S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em parques brasileiros. *In: Rev Bras de Pesq em Turismo*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 347-364, maio/ago. 2017.

CUNHA, C. P. SPINOLA, C. A. Parque Nacional: um conceito com múltiplas interpretações. *In: XIII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, UNIFACS, 2014.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. *In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). Tornado os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. 1. ed. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. de. Uma análise sobre a história e a situação das Unidades de Conservação no Brasil. *In: GANEM,*

R. S. (org.). **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 341-385.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ICMBIO. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011. 88p.

ICMBIO. **Dados de Visitação 2007-2016**. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, 2017. Disponível em: < [http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados\\_de\\_visitacao\\_2012\\_2016.pdf](http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

ICMBIO. **Brasil ganha rede de trilhas de longo curso**. Biodiversidade Brasileira, Brasília, n. 6, [s. p.], 19 out. 2018a.

ICMBIO. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC)**. In: CREMA, A.; FARIA, P. E. P. (orgs). Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018b, 43p.

ICMBIO. **Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais**: Resultados de 2019. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019, 37p.

ICMBIO. **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras** [online]. 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NW-MtODkyNC00NzNiLWJiNTQ0tNGI3NTI2NjliZDkzLiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [Site Oficial]. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. E. G. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE. **Rev de Des Econômico**, Salvador/Bahia, v. ano VI, n. 9, p. 83-93, 2004.

MENEGUEL, C. A.; ETCHEBEHERE, M. L. C. Parques Nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. **Rev Hospitalidade**, v. 8 (1), p. 78-94, 2011.

MITTERMEIER, R. A. *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MTUR. **Estudo da Demanda Turística Internacional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

NPS. Integrated Resource Management Applications (**IRMA**) [online]. 2021a. Disponível em: <[https://irma.nps.gov/STATS/SSRSReports/National%20Reports/Annual%20Park%20Ranking%20Report%20\(1979%20-%20Last%20Calendar%20Year\)](https://irma.nps.gov/STATS/SSRSReports/National%20Reports/Annual%20Park%20Ranking%20Report%20(1979%20-%20Last%20Calendar%20Year))>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

NPS. **Visitation Numbers**. National Park Service [online]. 2021b. Disponível em: <<https://www.nps.gov/aboutus/visitation-numbers.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

OMENA, M. T. R. N; BREGOLIN, M. A Importância das Trilhas Regionais para Viabilização da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. **Ambiente & Sociedade**. v. 23, São Paulo, 2020.

PERRY, E. E.; XIAO, X.; MANNING, R. E. Barrier or bridge? The role of transportation in national park visitation by racial and ethnic groups. **World Leisure Journal**, v. 57, p. 173-184, 2015.

PIRES, P; RUGINE, V. Reconhecimento do Uso Público nos Parques Estaduais no Brasil com ênfase na visitação turística. **Rev Bras de Ecoturismo**, v. 11, n. 1, p. 61-80, 2018.

PUREZA, F. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. 2014. 247 p. Trabalho de Conclusão (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2014.

RIVA, A. L. da; AIDAR, E.; TOLEDO, C. **Unidades de conservação no Brasil: a contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico**. São Paulo: Semeia, 2014. 53p.

SANPARKS. **South African National Parks Annual Report 2015/16**. 2016. Disponível em: <<https://www.sanparks.org/assets/docs/general/annual-report-2016.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

SANPARKS. **South African National Parks Annual Report 2018/19**. 2019. Disponível em: <<https://www.sanparks.org/assets/docs/general/annual-report-2019.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

SALVIO, G. M. M. **Áreas Naturais Protegidas e Indicadores Socioeconômicos: o desafio da conservação da natureza**. Jundiaí: Paco Editora, 2017. v. 1. 216p.

SALVIO, G. M. M.; GOMES, C. R. Protected Area Systems in South American Countries. **Floresta Ambiente**. Seropédica, v. 25, n. 4, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-80872018000400122&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-80872018000400122&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SIB. **Sistema de Información de Biodiversidad [online] 2021**. Disponível em: <<https://sib.gob.ar/institucional/visitantes-apn>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

STEMBERK, J.; DOLEJS, J.; MARESOVA, P.; KUCA, K. Factors affecting the number of visitors in national parks in the Czech Republic, Germany and Austria. **International Journal of Geo-Information**, v. 7, n. 124, p. 1-10, 2018.

SOUZA, L. H.; NORONHA-OLIVEIRA, M. V. Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e

perfil da demanda ecoturística. **Rev Bras de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 2, maio/ago. 2012, pp.197-222.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo. ICMBio, Brasília, 2018.

STATE OF QUEENSLAND. **Queensland Ecotourism Plan 2013-2020**. Queensland Government, 2013, 21p. Disponível em: <<https://www.cabinet.qld.gov.au/documents/2013/aug/ecotourism%20plan/Attachments/Plan.PDF>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

TAKAHASHI, L. Uso Público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. Ano 2, n. 2, out. 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

TERBORGH, J.; SCHAİK, C. V. Por que o mundo necessita de Parques. *In*: TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVENPORT, L; RAO, M. (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002.

XIAO, X. *et al.* Effects of Transportation on Racial/Ethnic Diversity of National Park Visitors. **Leisure Sciences**, v. 39, n. 2, p. 126-143, 2017.

WWF. Parques do Brasil. **Sinalização de trilhas: Manual Prático**. Brasília: WWF-Brasil, 2015. 66p.